

Inclusão e Educação 2

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-030-8

DOI 10.22533/at.ed.308191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Língua Brasileira de Sinais. 5. Braille
(Sistema de escrita). I. Machado, Danielle H. A. II. Cazini, Janaína.
III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, com 19 capítulos, apresentam estudos sobre Pessoas Cegas, Sistema Braille, Pessoas Surdas, Sistema de LIBRAS e as novas tecnologias aplicadas na educação para estimular e auxiliar o processo de ensino e aprendizagem desse público.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Porém, somente em 2001 com a Resolução n2 e o Parecer n9 que se evidencia como esse processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência deve ser feito, fomentando uma comoção em todos as esferas educacionais como o currículo escolar, formação de docentes e didática de ensino.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume II é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência visual (cego) e deficiência auditiva (surdo) trazendo artigos que abordam: experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde as séries iniciais até a o ensino universitário que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente cego ou surdo.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores a pratica da educação inclusiva ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos, tecnológicos, educacionais que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONCEPÇÃO DOS CEGOS SOBRE O ENSINO DO SISTEMA BRAILLE NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS	
<i>Eliane Maria Dias</i>	
<i>Francileide Batista de Almeida Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915011	
CAPÍTULO 2	13
BAIXA VISÃO E A INTERDISCIPLINARIDADE NA “AMPLIAÇÃO” DOS SABERES	
<i>Eurides Bom im de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915012	
CAPÍTULO 3	23
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS DIANTE DE ALUNOS CEGOS NA UNIVERSIDADE	
<i>Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins</i>	
<i>Luzia Guacira dos Santos Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915013	
CAPÍTULO 4	34
O ENSINO DE BIOLOGIA PARA DEFICIENTES VISUAIS DO INSTITUTO DOS CEGOS DE CAMPINA GRANDE: EXPLICANDO EMBRIOLOGIA HUMANA COM A VOZ, ARGILA E AS MÃOS	
<i>Álisson Emmanuel Franco Alves</i>	
<i>Jessica Maria Florencio de Oliveira</i>	
<i>Mayla Aracelli Araujo Dantas</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915014	
CAPÍTULO 5	46
EMPRESTA SUA VOZ? RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA	
<i>Martha Milene Fontenelle Carvalho</i>	
<i>George Pimentel Fernandes</i>	
<i>Maria José Chaves</i>	
<i>Ana Patrícia Silveira</i>	
<i>Luiza Valdevino Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915015	
CAPÍTULO 6	54
O OLHAR DO OUTRO SOBRE A DIFERENÇA SURDA: REPRESENTAÇÃO SOBRE OS SURDOS E A SURDEZ	
<i>Francisco Uélison da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915016	
CAPÍTULO 7	65
ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS	
<i>Francyllayans Karla da Silva Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915017	

CAPÍTULO 8 72

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ESTUDANTES SURDOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Wilma Pastor de Andrade Sousa

Antonio Carlos Cardoso

Keyla Maria Santana da Silva

Lindilene Maria de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3081915018

CAPÍTULO 9 80

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Vanessa Nicolau Freitas dos Santos

Andreza Cristina Santos de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.3081915019

CAPÍTULO 10 90

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: AVANÇOS E DESAFIOS

Giovana Parente Negrão

Allan Rocha Damasceno

DOI 10.22533/at.ed.30819150110

CAPÍTULO 11 104

O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO SISTEMA EDUCACIONAL DE TERESINA – PIAUÍ

Ana Cristina de Assunção Xavier Ferreira

Camélia Sheila Soares Borges Araújo

DOI 10.22533/at.ed.30819150111

CAPÍTULO 12 119

O ENSINO HÍBRIDO COMO ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS

Rejane do Nascimento da Silva

DOI 10.22533/at.ed.30819150112

CAPÍTULO 13 125

A CONTAÇÃO, OS OUVINTES E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: INTERFACES DE UM ENSAIO INCLUSIVO

Martha Milene Fontenelle Carvalho

Francileide Batista de Almeida Vieira

DOI 10.22533/at.ed.30819150113

CAPÍTULO 14 134

FERRAMENTAS DE INCLUSÃO PARA O ENSINO DE QUÍMICA: DESENVOLVIMENTO DE DIAGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA PARA ALUNOS CEGOS E SURDOS

Laís Perpetuo Perovano

Amanda Bobbio Pontara

Ana Nery Furlan Mendes

DOI 10.22533/at.ed.30819150114

CAPÍTULO 15 145

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.30819150115

CAPÍTULO 16 157

TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Márcia Verônica Costa Miranda

Ruan dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.30819150116

CAPÍTULO 17 169

TECNOLOGIA ASSISTIVA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

Josenilde Oliveira Pereira

Thelma Helena Costa Chahini

DOI 10.22533/at.ed.30819150117

CAPÍTULO 18 180

LÍNGUA DE SINAIS E IMPLANTE COCLEAR: O PONTO DE VISTA DE PESQUISADORES

Ana Cláudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.30819150118

CAPÍTULO 19 188

EDUCAÇÃO SOMÁTICA COMO PERSPECTIVA INCLUSIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Fábio Soares da Costa

Janete de Páscoa Rodrigues

Ana Carolina Brandão Verissimo

Andreia Mendes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.30819150119

SOBRE AS ORGANIZADORAS 203

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS DIANTE DE ALUNOS CEGOS NA UNIVERSIDADE

Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED/UFRN) Natal/ RN

Luzia Guacira dos Santos Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFRN) Natal/ RN

RESUMO: As políticas educacionais muito tem avançado no que concerne aos direitos das pessoas com deficiência, promovendo o processo de inclusão no ensino superior. Diante desta realidade, faz-se premente a realização de pesquisas que tenham como objeto de estudo a pessoa cega neste contexto educacional, dando-lhes voz e vez, para que seja possível uma aproximação mais fidedigna das suas realidades educacionais. É neste contexto que surge esta pesquisa, com o objetivo de descrever a opinião de discentes cegos sobre o processo de inclusão na UFRN e conhecer as práticas pedagógicas de docentes universitários, de acordo com os relatos de alunos cegos. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, desenvolvida sob a forma de Pesquisa exploratória, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, tendo como

instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. Utilizou-se como aporte teórico as contribuições de Amaral (1998), Silva (2008; 2013; 2014), Ainscow (2009), dentre outros. Após a análise dos dados, verificou-se que por mais que o campo empírico estudado faça parte de uma realidade em que há uma política institucional que contemple a temática da inclusão e um núcleo de acessibilidade para promover ações inclusivas, ainda é necessário avançar em aspectos relacionados a mediação pedagógica mais próxima ao docente, a formação continuada aos professores voltada à perspectiva inclusiva e o fortalecimento da difusão da perspectiva Inclusiva nas Universidades.

PALAVRAS CHAVE: Ensino Superior; Educação Inclusiva; Deficiência Visual.

ABSTRACT: Educational policies have greatly advanced in the rights of people with disabilities, promoting the process of inclusion in higher education. Faced with this reality, it is imperative to carry out research that aims to study the blind person in this educational context, giving them voice and time, so that a more reliable approximation of their educational realities is possible. It is in this context that this research arises, in order to describe the opinion of blind students about the process of inclusion in UFRN and to know the pedagogical practices

of university teachers, according to the reports of blind students. It is a qualitative research, developed in the form of Exploratory Research, at the Federal University of Rio Grande do Norte - UFRN, with the semi-structured interview as the data collection instrument. The contributions of Amaral (1998), Silva (2008, 2013, 2014), Ainscow (2009), among others, were used as a theoretical contribution. After analyzing the data, it was verified that although the empirical field studied is part of a reality in which there is an institutional policy that includes the theme of inclusion and a core of accessibility to promote inclusive actions, it is still necessary to move forward in aspects related to pedagogical mediation closer to the teacher, continuing teacher education focused on the inclusive perspective and strengthening the dissemination of the Inclusive perspective in University.

KEYWORDS: Higher education; Inclusive education; Visual impairment.

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior tem se apresentado como um desafio ao desenvolvimento de políticas e ações que garantam a este grupo de alunos o acesso, permanência e conclusão dos estudos acadêmicos com êxito, em um exercício de cidadania e de democratização desta modalidade de ensino.

Pode-se destacar no percurso histórico e político mudanças nas concepções teóricas sobre a pessoa com deficiência, e o vínculo estabelecido entre este novo alunado e a Universidade.

Esta nova presença do estudante com deficiência traz às Instituições de Ensino Superior a responsabilidade em se adequarem para receber estes alunos, garantindo-lhes, de forma isonômica, formação e educação de qualidade. No entanto, todo este movimento ainda é recente, possuindo pouco mais de uma década, e tanto os alunos, como profissionais técnicos e pesquisadores da área desbravam no Brasil o desenvolvimento de estudos, elaboração de políticas e relatos de experiência sobre a Inclusão no Ensino Superior.

Em 2011, de acordo com dados censo da Educação Superior - INEP (2011), o Brasil contava com aproximadamente 6,7 milhões de alunos matriculados no ensino superior. No entanto, destes 23.250 foram considerados alunos com deficiência. Se comparados ao montante de alunos matriculados neste nível de ensino, podemos perceber que se trata de uma grande distância quantitativa, pois a população de universitários com deficiência é representada por apenas aproximadamente 0,3% deste grupo.

Apesar de estar sendo ampliadas as discussões se pode perceber que poucos são os estudos que têm tido como protagonismo a fala das pessoas com deficiência sobre as suas impressões referentes aos processos de inclusão nas universidades, os seus desafios e possibilidades para desempenharem as suas atividades acadêmicas,

e este eixo se fecha ainda mais quando tratamos da pessoa cega.

Consideramos que é de extrema importância se dar voz a estes sujeitos, haja vista serem os principais alvos e avaliadores do processo inclusivo. Nessa perspectiva, urge necessário escutar o que esses estudantes têm a dizer, pois é ouvindo-os que se torna possível a criação e implementação de ações que visem uma inclusão efetiva.

Em sendo assim, o presente trabalho desenvolveu-se a partir dos relatos das experiências de alunos cegos da graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no período de novembro a dezembro de 2015. Tendo como objetivos descrever a opinião de discentes cegos sobre o processo de inclusão na UFRN e conhecer as práticas pedagógicas de docentes universitários, de acordo com os relatos de alunos cegos.

A relevância deste estudo consiste, não apenas em retratar a realidade vivenciada por estes alunos, mas, sobretudo, na contribuição que pode trazer para reflexões e ações institucionais visando a efetiva inclusão desse alunado no âmbito das IES.

A PESSOA CEGA NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Em estudos sobre a presença de alunos cegos na universidade, a saber Fortes, 2005; Soares, 2011; Menegatti, 2012; foram evidenciados a necessidade de escuta das experiências estudantis de alunos com deficiência visual no tocante as suas relações com docentes, colegas de turma, serviços de apoio e adaptação de material. Foram apresentados nestes estudos as necessidades iniciais de articulação das universidades em perceber com qualidade o aluno, oportunizando a ele suportes educacionais condizentes com suas reais necessidades.

Fortes, 2005 destaca especificamente a necessidade da voz dos acadêmicos, para que possam se empoderar de sua condição de estudantes com deficiência, como sujeitos de direitos e pertencentes ao meio universitário como qualquer outro aluno da universidade em questão. Soares, 2011 já articula voz do aluno cego com seus pares no ambiente acadêmico pontuando necessidades formativas dos docentes, capacitação dos profissionais e de serviços de apoio. Já Menegatti, 2012 traz em sua pesquisa a necessidade de se estruturar serviços institucionais para a garantia da acessibilidade informacional de alunos cegos, principalmente nas bibliotecas universitárias.

Estas são algumas realidades expostas em contextos de pesquisa que se reafirmam quando ampliamos o nosso olhar para outras universidades brasileiras. A presença da pessoa cega no ensino superior tem sido representada nas políticas nacionais e ações institucionais que visam a garantia da participação efetiva destes estudantes na academia. No entanto, esta temática ainda é imbuída de muitas dúvidas, preconceitos, incertezas e desconhecimentos a respeito dos desafios e possibilidades que são apresentadas aos alunos cegos no âmbito universitário.

Mas afinal, o que é a deficiência visual? Quais as possibilidades de aprendizagem significativa ao estudante cego no contexto universitário?

A deficiência visual, para fins educacionais, constitui-se como uma limitação de uma das formas de apreensão de informações do mundo externo - a visão. Ela pode ser considerada congênita ou adquirida e se apresenta em dois tipos de deficiência visual: cegueira e baixa visão.

A cegueira é a perda total ou a presença de resíduo mínimo de visão. E a baixa visão é a alteração significativa da capacidade funcional visual, resultando na baixa acuidade e campo visual. (Silva, 2013)

Para compreender melhor a condição de cegueira e a forma como ela é vivenciada pelo indivíduo, é importante conhecer a idade e a causa da perda visual. Também é importante conhecer os contextos de estimulação e orientação educacional que foram feitas a esta pessoa. Além disso, precisa ser considerado o momento e a forma da perda visual - se progressiva ou repentina; o contexto psicológico; familiar e social, pois estes influenciam o modo como a pessoa vive sua condição de cegueira.

Como podemos observar, não há como nem porque padronizar os modos de pensar e agir das pessoas cegas diante de sua condição, pois cada sujeito é único em suas especificidades e subjetividade. As formas de aprendizagens também ocorrem de modos distintos, como a de qualquer vidente, e estão relacionadas com os seus contextos psicossociais.

Assim, compreendemos que a cegueira por si só não é um impedimento ao desenvolvimento e a aprendizagem. Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano se dá por meio da interação social, ou seja, das relações de troca com outros indivíduos e com o meio. No entanto, no processo de aprendizagem da pessoa cega há a necessidade da adoção de caminhos diferenciados devido à ausência da visão, sendo o desenvolvimento do cego pleno de possibilidades e limitações como o de qualquer ser humano.

Tomando por base o pensamento de Vygotsky (1998) no tocante a aprendizagem e a linguagem, podemos compreender que a pessoa cega, por meio da linguagem, pode se comunicar e apreender significados sociais. Todavia, a inter-relação da pessoa cega com o ambiente não se dá sem conflitos, e são nestes conflitos que surgem as possibilidades para se aproximar do novo conhecimento.

No entanto, ressaltamos que devido à limitação visual, a pessoa cega precisa de um ambiente diferenciado e adaptado, que possa garantir a satisfação de suas necessidades de aprendizagem. Tendo a possibilidade de usufruir de outros caminhos para conhecer o mundo, através das sensações táteis, cinestésicas e auditivas aliadas às experiências anteriormente vivenciadas. Coadunando-se com este pensamento, Silva (2014) ressalta que as teorias aplicadas à aprendizagem de pessoas com cegueira ou baixa visão precisam propor

práticas que considerem e estimulem os canais sensoriais que lhes favorece o conhecimento das coisas, dos objetos, do mundo. [...] logo, devemos utilizar mais os modelos verbais e táteis para a interação direta com os objetos do conhecimento e para o estabelecimento das relações sociais, pois para compreender e representar a realidade física, audição e tato são imprescindíveis. (SILVA, 2014 p. 236)

Concordamos com a autora, pois a vivência com a exploração de outros caminhos que não o visual, pode contribuir com a construção de uma estrutura mental diferente dos caminhos seguidos pela pessoa vidente, promovendo uma nova estruturação e organização do desenvolvimento cognitivo.

As lamparinas que iluminaram os primeiros caminhos para a formação educacional dos cegos se acenderam em meados dos séculos XVI e XVII. Foram criados e testados vários métodos para ensinar aos cegos a realizar leituras de textos curtos utilizando recursos como letras em relevo, caracteres em madeira ou metal; sistemas de nós e pontos em cordas, alfinetes pregados em almofadas, entre outros.

De acordo com os levantamentos históricos e documentais de Silva, (2008) o aprimoramento desses métodos levaram formalização da primeira escola para jovens cegos, em Paris no ano de 1783, fundada por Valentim Haüy (1745 -1822), considerado pai dos cegos, pois editou livros com caracteres da escrita comum em relevo. À exemplo da escola de Haüy, este modelo se expandiu pela Grã-Bretanha, várias capitais europeias e nos EUA no início do século XIX.

Em sua investigação, Silva (2008) pontua que com a criação do Sistema Braille, sistema de leitura e escrita por meio de pontos em relevo em 1825 por Louis Braille, o problema da educação das pessoas cegas veio ser satisfatoriamente resolvido. Após receber adaptações e algumas edições o Sistema Braille passou a ser utilizado em algumas escolas possibilitando aos alunos cegos a expressão do alfabeto, representação dos números, dos sinais de pontuação e uma notação que hoje constitui a musicografia Braille.

Com isso, há então no campo da educação da pessoa cega a sistematização de possibilidades de comunicação através da representação gráfica. No entanto, o Braille só foi aceito como sistema para uso geral em todo o mundo em 1932, mais de cem anos após a sua criação. De modo podemos considerar que “foi essencial o esforço e a perseverança dos cegos para impor o uso do tato na leitura, através do Sistema Braille.” (SILVA, 2008 p.55).

Atualmente, para se escrever em Braille se pode fazer uso da punção e reglete, das máquinas de escrever com escrita simultânea de pontos, de impressoras apropriadas para a impressão do sistema em relevo.

Recursos de Tecnologia Assistiva também são bastante utilizados pelas pessoas com cegueira para a promoção da acessibilidade informacional como os softwares com sintetizadores de voz e leitores de tela, a exemplo, do DOSVOZ, JAWS e o NVDA, que permitem ao usuário utilizar a informática para ler através da audição e escrever com autonomia no computador, tablete ou smartphones, além de possibilitar o acesso

à internet. A leitura de textos também pode ser feita através de scanners com recursos em áudio que possibilitam a leitura sonora de textos impressos, à exemplo disso há o equipamento denominado SARA e canetas ópticas.

No tocante ao recurso tátil, há impressoras em Braille e em relevo que possibilitam a pessoa cega a reconhecer representações geométricas, geográficas e aritméticas através do desenho de linhas e pontos destacados sincronicamente. Inclusive, fazendo a distinção de áreas que se referem a cor, através da frequência dos pontos impressos, variando a textura de acordo com a necessidade.

Muitas tem sido as possibilidades que se descortinam à promoção da inclusão da pessoa cega no Ensino Superior. Mas, são necessários compromissos políticos e institucionais que garantam a desconstrução de barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais nos sistemas de informação e nos materiais didáticos e pedagógicos dos contextos universitários.

Para Amaral (1998) a Universidade tem grande importância para a concretização das propostas de uma educação inclusiva que remonta todos os níveis e modalidades educacionais.

Hoje, com os avanços relativos ao papel da educação na construção e exercício da cidadania de todas as pessoas e com a importância que se atribui à educação continuada, somos levados a discutir o papel das Universidades para garantir a presença e participação de pessoas com deficiência nos seus quadros docente, discente e de funcionários não docentes. (AMARAL, 1998, p.2).

Desta forma, a universidade possui um papel relevante na busca da reconstrução do modelo construído socialmente acerca da deficiência, numa perspectiva mais crítica e pautada em princípios como o da democratização das oportunidades e possibilidades de superação das dificuldades, sendo possível perceber o sujeito pleno de potenciais e possibilidades de romper com as limitações superando ações excludentes. Compreendendo assim que “a presença de pessoas com deficiência na universidade é, pois, um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social”. (AMARAL, 1998, p.3)

DELINEAMENTO DO ESTUDO

Neste estudo optamos pela abordagem qualitativa, pois, de acordo com Oliveira (2007), nela descrevemos e interpretamos o fenômeno dentro de uma visão complexa, holística e sistêmica, sabendo que ao adotarmos essa postura investigativa não preconizamos a verdade absoluta das coisas.

Com base nos objetivos enunciados na proposta desta pesquisa, adotamos um perfil de pesquisa exploratória, pois esta perspectiva metodológica, de acordo com os estudos de Gil (2007), busca desenvolver uma abordagem do fenômeno através

do levantamento de informações que nos levam a conhecer mais a seu respeito, e a verificar hipóteses.

O campo empírico deste trabalho foi a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na cidade do Natal/RN, e participaram deste levantamento 5 (cinco) discentes de cursos de graduação.

Para tanto, foram definidos alguns critérios para a escolha dos participantes. Primeiro, ser cego; segundo ser estudante da graduação na modalidade presencial na UFRN, e terceiro ser acompanhado pela CAENE¹.

Visando problematizar teoricamente o objeto de estudo, considerou-se importante adotar como procedimento inicial a revisão da literatura que aborda as temáticas que versam sobre os processos educacionais inclusivos no Ensino Superior e sobre a deficiência visual.

Adotamos a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados, por acreditarmos que este, de acordo com Triviños (1987, p.138), “é um dos instrumentos mais decisivos para estudar os processos e produtos nos quais está interessado o investigador qualitativo”. Pois, se organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas se permite, e às vezes até se incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

A análise dos dados foi norteada pela metodologia da Análise de Conteúdo do Discurso proposto por Bardin (2009), a qual se define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Produzindo, assim, sentido e significados na diversidade de amostragens presentes no campo empírico.

ANÁLISE DOS DADOS

Diante dos dados obtidos nas respostas dos estudantes as entrevistas, baseadas na análise dos documentos institucionais da UFRN que abordam a temática da Educação Inclusiva e, ainda, alicerçadas em referenciais teóricos que conduziram ao processo reflexivo a respeito da inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior e a sobre a área da deficiência visual, teceremos a análise acerca do processo educacional inclusivo, na UFRN, na perspectiva dos alunos cegos participantes da pesquisa.

Destacamos que este estudo é um recorte de nossa pesquisa de mestrado em andamento (PPGED/UFRN), e traz para este artigo a análise de alguns resultados preliminares.

¹ CAENE é a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidades Educacionais Especiais, núcleo de acessibilidade da UFRN. Tem como objetivo propor ações para a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e pedagógicas, visando garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso com sucesso de estudantes com NEE.

A fim de direcionar a compreensão e sistematização desta análise, decidimos elencar apenas um, dos três eixos temáticos apontados pelos participantes na pesquisa. Trata-se do eixo que versa sobre a *Prática Docente*. Neste eixo temático estiveram presentes nos discursos dos alunos entrevistados, os seguintes descritores: *prática pedagógica inclusiva; participação efetiva do discente cego; necessidade de adaptações; vivências entre pares; apoio acadêmico e recursos; impressões positivas e negativas da prática; barreiras atitudinais; conhecimentos específicos ao professor para atender a pessoa cega em sala de aula.*

Diante da riqueza de descritores seguiremos com a análise apenas do descritor: *Práticas inclusivas*, contemplando algumas falas dos participantes da pesquisa, que nos possibilitaram uma inicial articulação teórica com o campo empírico.

Análise dos discursos dos alunos cegos sobre a *Prática Inclusiva*

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior vem propor novos olhares sobre o pensar e agir do professor quer seja no ato de planejar, ensinar, compreender o processo de aprendizagem e avaliar o ensino universitário.

O docente precisa ser levado a ultrapassar as barreiras historicamente impostas pelo modelo tradicional de transmissão do saber de modo linear e cartesiano. E neste movimento é conduzido a refletir sobre suas práticas na adoção de metodologias de ensino que possibilitem a aprendizagem significativa por parte de todos os seus alunos.

Essa compreensão em nosso parecer coaduna-se com a opinião expressa pelos alunos cegos entrevistados sobre o que seria uma prática inclusiva:

“Inclusiva de verdade é aquela que consegue abranger a todos[...] seria aquela que ninguém nem percebe que tá sendo realizada, é aquela que o professor dá sua aula normalmente, sem expor a pessoa que está precisando daquela demanda.”
(Álvaro)

“Ela passa a ser inclusiva quando vem com atividades propostas com a nossa participação, em todas. Quando tem uma prática, uma atividade em que em nenhum momento a gente não seja colocado [...] todas as práticas inclusivas cabe ao professor criar aquela adaptação “ (Geraldo)

E assim, como afirma Mansini, citado por Silva (2013, p.67), perceber a necessidade de “desfazer barreiras e construir possibilidades no caminho do aluno, de um lado ampliando sua percepção e compreensão dos conhecimentos, de outro, intensificando suas relações e comunicações com os que o cercam”.

Sobre a relação professor-aluno compreendemos que as atitudes individuais são determinantes nas relações interpessoais e está, nelas, a possibilidade de sensibilização e aproximação, tornando a prática docente de fato inclusiva. Assim, apoiadas em Amaral (1998), podemos considerar que as barreiras impostas por outros são o grande entrave ao processo inclusivo ora vivido pela sociedade contemporânea.

Esta aproximação pode tornar a prática docente inclusiva, assim como o

distanciamento também pode ser excludente, como podemos observar a seguir:

“Terminou a aula ele me procurou, perguntou meu nome, perguntou se eu tava na sala certa e eu disse que sim. Aí ele perguntou ‘você quer aprender a reger?’, eu disse ‘eu estou aqui pra isso, pra aprender. O meu objetivo é sair daqui não uma pessoa que passou só por passar, eu tô aqui pra fazer história pra alguém chegar e dizer ‘Geraldo fez nome, foi o aluno, não foi qualquer aluno, ele foi o aluno’. E ele disse ‘então pronto, você vai sair daqui um regente.’, e eu não acreditei, eu pensei que ele estava brincando. Em todas as atividades ele me colocava pra eu reger, explicava, pegava na minha mão explicando a forma de reger, tudo direitinho. Aí eu me senti incluído.” (Geraldo)

“Eu tive professor, que na sala dele eu era um vaso de decoração, literalmente. Quando era pra eu falar com ele, dizia ‘fala pro seu monitor falar comigo que ele explica direitinho o que você tá querendo’, ou seja, eu precisava de um intermediário. Isso me incomodou, eu passei um semestre inteiro passando isso.” (João)

“tranquei por livre e espontânea pressão [...] até então ele não tinha dado aula pra mim, ele não soube trabalhar comigo, ele me chamou de aluna inclusão ‘é porque você é uma aluna inclusão’, eu (pausa) ‘é o que?’” (Luana)

Ao compartilharmos um espaço democrático, misto e pulsante como a universidade é necessário o compromisso com o humano e com o olhar sensível às relações. E assim, como nos conduz a pensar Ainscow (2009, p.14), devemos “responder positivamente a diversidade, considerando as diferenças não como problemas a serem consertados, mas como oportunidades de enriquecer o aprendizado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o propósito de evidenciar impressões de discentes cegos sobre o processo de inclusão na UFRN e, ainda, de conhecer as práticas pedagógicas dos docentes universitários, de acordo com os relatos dos alunos cegos. Sendo assim, reafirmamos a importância em dar voz aos alunos com deficiência, pois é os ouvindo que podemos reposicionar o nosso olhar de pesquisadores sobre a temática da Educação Inclusiva, trazendo para o campo empírico a aproximação da teoria com a prática.

Pois incluir não se trata apenas em garantir o direito ao acesso, mas pensar no desenvolvimento de estratégias para promover a participação efetiva e a permanência com sucesso dos alunos com deficiência. A permanência, com sucesso, no curso de nível superior implica na possibilidade de usufruir dos espaços, recursos tecnológicos e educacionais em igualdade de condições oferecidas aos demais alunos da instituição.

A questão da prática docente em uma perspectiva inclusiva foi discutida na análise dos dados e evidenciou que apesar de nosso campo empírico ser uma realidade institucional onde há uma política que contempla a temática da inclusão

e um núcleo de acessibilidade para promover ações inclusivas, ainda é necessário avançar em aspectos relacionados à mediação pedagógica e à formação continuada dos professores voltada à perspectiva inclusiva.

O professor precisa estar em contínua preparação para vivenciar práticas pedagógicas que proporcione a todos os alunos o sentimento de pertença ao processo educativo, desafiados à obterem sucesso em suas aprendizagens. Assim, terá subsídios para planejar as suas atividades contemplando a flexibilização dos seus objetivos e métodos avaliativos, a fim de evitar o insucesso acadêmico dos estudantes com deficiência, os quais necessitam estar incluídos em ambientes que propiciem o desenvolvimento pleno, tanto no viés acadêmico quanto no humanístico e social.

As ações e práticas inclusivas no Ensino Superior envolvem um conjunto de ações, as quais Moreira (2005, p.6) destaca os “investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infra-estrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e estar atento a qualquer forma discriminatória”.

Estes são elementos estruturantes e que demandam um intenso debruçar e muita reflexão, dado que qualquer mudança feita para dar suporte à implementação de uma política pública ou de uma política social requer transformações em seu meio quanto aos seus partícipes, demandando com isso uma reorganização conforme as novidades apresentadas.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada?**. In _____ Tornar a Educação Inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação**. In _____ Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas teóricas e Práticas. Júlio Groppa Aquino (org.). São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior: 2011 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 114 p.; tab. ISBN: 978-85-7863-022-5

CASTRO, S.F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 278f. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

FERREIRA, M.N.C. **Educação inclusiva no ensino superior: análise das políticas educacionais para a pessoa com deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. 2012. 125f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

FORTES, V.G.G.F. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. Dissertação de mestrado. UFRN. Natal, 2005.

GUERREIRO, E.M.B.R. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior: estudo de caso da UFSCar**. 231f. 2011. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Educação Especial,

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: reflexões sobre a docência universitária**. In___ MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira (org.). **Inclusão no Ensino Superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDURFN, 2013. p. 47-55.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.; **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENEGATTI, Y. **Serviços de informação acessíveis para deficientes visuais em bibliotecas de instituições de Ensino Superior no Município De Florianópolis**. Mestrado Acadêmico Em Ciência Da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina , Florianópolis, 2012.

SILVA, L.G. S. **Orientações didáticas para a atuação pedagógica junto a estudantes com deficiência visual no Ensino Superior**. In___MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira (org.). **Inclusão no Ensino Superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDURFN, 2013. p. 59-82.

_____, L.G.S. **Por uma escola sem exclusões: intervenções pedagógicas junto estudantes cegos e com baixa visão**. In ___ Caminhos para uma Educação Inclusiva: Políticas, práticas e apoios especializados. MARTINS. L., G. Pires, J. Pires (Orgs.). João Pessoa: Ideia, p. 235-261, 2014.

_____, L.G.S. **Inclusão: Uma questão também de visão. O aluno cego na escola comum**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2008.

SOARES, A. C. S. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: estudo sobre ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores**. DOUTORADO em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA, 2011.

SOUZA, B.C.S. **Programa Incluir (2005 - 2009): uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil**. 2010. 179f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-030-8



9 788572 470308